

DIREITO PÚBLICO

Cortes orçamentais fazem aumentar trabalho no contencioso administrativo

Novo sócio da RPA na área de direito público considera que as renegociações de contratos que envolvam o Estado vão fazer crescer as situações de litigiosidade



Sociedade | Gonçalo Guerra Tavares (à esquerda) tornou-se novo sócio da RPA, dando seguimento à estratégia de reforço das áreas "core" da sociedade, diz José Luís Arnaut.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Em 2011, Portugal irá assistir a um aumento da litigiosidade na área do contencioso administrativo, afirmou ao **Negócios** o advogado Gonçalo Guerra Tavares. As situações relativas a renegociações de contratos com o Estado por via de cortes orçamentais são a razão encontrada pelo sócio da Rui Pena Arnaut e Associados (RPA) para justificar a sua opinião. E a verdade é que os casos já estão a chegar a tribunal.

"Em 2011 deverá assistir-se a um aumento da litigiosidade na área do direito público. Todas as querelas em torno das renegociação de contratos por via de cortes orçamentais, desde contratos de associação com colégios, às remunerações dos funcionários públicos, até à redução dos salários do próprio sector empresarial, levam a pensar que haverá certamente mais trabalho na área do contencioso administrativo", afirmou Gonçalo Guerra Tavares.

O contencioso é, de resto, uma das áreas de trabalho da equipa de direito público da RPA, onde Guer-

ra Tavares já está integrado há seis anos com funções de coordenação e onde continuará, mas agora com o estatuto de sócio de capital, a par de Rui Pena e de Mónica Carneiro Pacheco, esta responsável pelo sector de energia.

O sector de direito público é visto como estando associado às grandes obras públicas, actualmente paradas. Contudo, esta área de prática, como evidencia Gonçalo Guerra Tavares, não se fica por aqui.

"Não vivemos só de grandes projectos. A equipa trabalha muito na área da contratação pública, que é uma área forte no escritório, como empreitadas, e isso continua a haver muito. Além do mais, também prestamos assessoria a algumas empresas importantes do sector público", explicou o mesmo advogado.

Tal como evidencia o sócio fundador da RPA José Luís Arnaut, "como não há grandes projectos, não haverá grandes financiamentos. E como não há grandes operações, também não haverá assessorias a grandes transacções".

Em todo o caso, tal como sublinhou, "há trabalho. O País não está

parado. O mercado está a funcionar regularmente".

Estratégia de crescimento passa por reforço das áreas "core"

Referindo-se à estratégia de crescimento da sociedade e à promoção de Gonçalo Guerra Tavares a sócio, José Luís Arnaut observou que a mesma é o resultado directo do trabalho de consolidação de áreas de prática iniciado em 2010.

"Tratou-se de dar seguimento ao reforço daquelas que são as áreas 'core' da RPA. O reforço do administrativo era importante. É uma área escudada em três sócios [Rui Pena, Mónica Carneiro Pacheco e Guerra Tavares] e dois consultores [Pedro Machete e José Matos Correia]", evidenciou.

Esta aposta, avançou ainda, vem no seguimento do "crescimento sustentado e de reforço dos departamentos essenciais", que começou em 2010 com reforço do laboral, através de Susana Afonso Costa, e do contencioso, com Joaquim Sherman Macedo. A RPA passa assim a contar com um conjunto de 12 sócios de capital e outros dois sócios de indústria.

Como não há grandes projectos, não haverá grandes financiamentos. E como não há grandes operações, também não haverá assessorias a grandes transacções.

JOSÉ LUÍS ARNAUT
Sócio da RPA

"Nunca demos um passo maior do que a perna"

"A nossa política em 2011 é exactamente a mesma que foi em 2010. Uma política não expansionista, de optimização dos recursos humanos existentes e num princípio que para nós é essencial: critérios de obediência a qualidade e grande disponibilidade". A afirmação é de José Luís Arnaut, para quem a situação de crise económica e financeira que actualmente atravessa o País não recomenda mais cautelas do que as que foram tomadas no ano passado.

"Vamos acompanhando a evolução da situação económica. Estamos bem dimensionados para o que é a nossa realidade. Nunca demos um passo maior do que a nossa perna. Não assumimos compromissos desmesurados. A par da gestão e vi-

[Num momento de crise], o que importa é a gestão racional de recursos.

JOSÉ LUÍS ARNAUT
Sócio da RPA

são estratégica do dr. Rui Pena, tal permitiu-nos estar preparados para enfrentar a crise com serenidade", explicou ao **Negócios** José Luís Arnaut.

Para este sócio da RPA, "o que importa num momento destes é fazer uma gestão racional de recursos, deslocando advogados para áreas onde são mais necessários, mas mantendo a equipa coesa".

A propósito da pressão que actualmente existe sobre o trabalho desenvolvido pelas sociedades de advogados, nomeadamente ao nível dos preços de honorários que são praticados, Arnaut reconhece que "há hoje uma maior competitividade e mesmo situações que estão na margem do 'dumping'". Em sua opinião, tal "não é prestigioso e, sobretudo, cria distorções difíceis de corrigir no mercado".

"Nós não vamos a concurso nem apresentamos propostas em que não haja um equilíbrio satisfatório entre aquele que é o nosso custo interno e aquele que é pretendido", sustenta o mesmo sócio da RPA.